NIPEAS

Volume 3, Nº 1, 2026

A FRONTEIRA E O AMBIENTE COMO DETERMINANTES LOGÍSTICOS NA CAMPANHA FARROUPILHA NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA (1838-1840)

THE FRONTIER AND THE ENVIRONMENT AS LOGISTICAL DETERMINANTS IN THE FARROUPILHA CAMPAIGN IN THE PROVINCE OF SANTA CATARINA (1838 - 1840)

Janaíta da Rocha Golin[1]

Resumo: A Guerra Civil Farroupilha (1835-1845) iniciada na Província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) ocupou parte do território da Província de Santa Catarina entre os anos de 1838 a 1840. A busca pelo porto de Laguna visava romper o isolamento farroupilha, o qual não possuía saída para o mar, já que os portos da Província de São Pedro foram dominados pelos imperiais. O expansionismo também revelava a ambição pela busca de novos territórios e a possível formação de uma federação com os princípios farroupilhas. O controle do ambiente e da fronteira era determinante para o sucesso logístico das operações militares. Este artigo visa demonstrar os aspectos ambientais e fronteiriços da ocupação em Santa Catarina, além de trabalhar o conceito de história ambiental e de fronteira na análise desta historiografia.

Palavras-Chave: Guerra Civil Farroupilha, História Ambiental e Fronteira

Abstract: The Farroupilha Civil War (1835 - 1845), which began in the Province of São Pedro (present-day Rio Grande do Sul), occupied part of the territory of the Province of Santa Catarina between 1838 and 1840. The search for the port of Laguna aimed to break the Farroupilha isolation, as they had no access to the sea, since the ports of the Province of São Pedro were controlled by imperial forces. Expansionism also revealed the ambition to seek new territories and the possible formation of a federation based on Farroupilha principles. Control of the environment and the frontier was crucial for the logistical success of military operations. This article aims to demonstrate the environmental and frontier aspects of the occupation i

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). itauffs@uffs.edu.br

n Santa Catarina, as well as to explore the concepts of environmental history and f rontier in the analysis of this historiography.

Keywords: Farroupilha Civil War, Environmental History and Frontier

1. Introdução

Os trabalhos historiográficos utilizando o conceito de história ambiental co meçaram a estruturar-se no início da década de 1970, sendo institucionalizados por academias especializadas espalhadas em diversos países. Mas, os enfoques ambientai s já vinham tomando corpo na pesquisa histórica desde o século XIX. O entendimento do humano no mundo natural, naquele contexto, foi o desafio imposto aos historiado res. A visão da natureza como um processo de construção e reconstrução aliada às a ções humanas e suas consequências influenciaram as investigações neste campo de es tudo. Segundo Pádua, a história ambiental se baseia em três linhas de estudos prin cipais: a) reconstrução de ambientes naturais do passado; b) estudo da exploração e conômica e seu impacto sobre o ambiente e c) a análise da história das ideias, das percepções e dos valores sobre o mundo natural.[2]

Historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre ressaltaram a importância do m eio ambiente antes mesmo do surgimento de trabalhos específicos sobre história amb iental. A revista dos Annales, através de seus autores, difundiu estudos ligados à natureza. Bloch realizou estudos sobre a vida rural na França; Febvre explorou a g eografia social e Braudel em sua obra sobre o Mediterrâneo colocou o ambiente como uma importante parte do seu estudo ao enfatizar as montanhas, planícies e mares co mo significativos elementos da moldagem da vida humana nos processos de longa dura ção.

A crise global ambiental foi propulsora para a construção da ideia de uma hi stória ambiental. No contexto dos anos 1970, ela nasceu na ebulição do ativismo am biental, em uma época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial [3]. Mesmo que tenha nascido sob influência ativista, a história ambiental amadureceu e aprof undou o entendimento da interação entre seres humanos e ambiente natural.

[2] Pádua, José Augusto, As bases teóricas da História Ambiental, Revista Estudos Avançados 2 4 (68), 2010.
[3] Worster, 1991, p. 200

A história ambiental constituiu-se em uma ampliação da análise histórica, expandindo os interesses dos historiadores para além das dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas. O crescimento desta abordagem trouxe novas perspectivas para o estudo de novos objetos historiográficos, aliando natureza e ações humanas nas investigações historiográficas. Foi possível compreender o quanto as sociedades antigas afetaram as florestas através de pesquisas de grandes escalas. A ideia de que as florestas foram praticamente intocadas pelos seres humanos no contexto das civilizações ameríndias, por exemplo, mostrou-se incorreta. Antigamente, consideravam-se as florestas como intocadas[4], mas estudos históricos, arqueológicos e etnográficos reconheceram a influência histórica das atividades humanas nessas áreas. Os resultados de diversos estudos evidenciaram o registro de práticas passadas e presentes relacionadas ao transporte, armazenamento e processamento das sementes.[5] Sendo assim, exemplos de paisagens consideradas anteriormente como "naturais" são, na realidade, o produto da atividade humana ao longo de centenas ou milhares de anos [6].

A influência das populações humanas na construção das paisagens, neste contexto, começaram a ser analisadas mediante a interação da cultura e seu ambiente. A paisagem adquiriu a dimensão de fenômeno cultural, revelando as dimensões históricas de seus habitantes. Segundo Donald Worster, a compreensão do significado da natureza para as populações deve vir acompanhada de elementos que auxiliem no seu entendimento, tais como aspectos da estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo e ciência e religião.

> A história ambiental é, portanto, um campo que sintetiza muitas contribuições e cuja prática é inerentemente interdisciplinar. A sua originalidade está na sua disposição explícita de "colocar a sociedade na natureza" e no equilíbrio com que busca a interação, a influência

[4] As populações indígenas alteraram a distribuição de espécies de plantas em todas as regiões florestais brasileiras. As diferenças das composições florísticas destas áreas decorre de pelo menos 10.000 anos de atividade humana. Ver: Cruz AP, Giehl ELH, Levis C et al (2020) Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil. PLoS ONE 15:1 -18. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0235819

[5] A araucária foi uma planta que foi disseminada pelos kaingang e os Mapuche-Pehuenche desempenhando um papel importante na formação da identidade destes povos. Ver: Reis MS, Ladio A, Peroni N (2014) Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension. Ecol Soc 19. https://doi.org/10.5751/ES-06163-190243

[6] Reis; Ladio; Peroni, 2014

mútua entre sociedade e natureza [7].

Para o entendimento do meio ambiente tornou-se imprescindível aos historiadores ambientais dominar também as ciências naturais. José Augusto Drummond analisa que desde os movimentos sociais ambientalistas do final do século XX não era mais possível pensar na sociedade humana sem ancoragem no mundo natural. Para as ciências sociais passou a ser um desafio incorporar nas suas análises as áreas das ciências naturais. Para Pádua, as ciências naturais produziram grande impacto epistemológico nos historiadores ambientais, os quais vêm buscando metodologias que permitam a investigação da história humana em um quadro mais amplo da história do planeta.

As mesmas fontes utilizadas pelos historiadores também podem ser incorporadas nos estudos dos historiadores ambientais. Fontes tradicionais[8] como censos populacionais, econômicos e sanitários, inventários de recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas e judiciárias e crônicas fornecem informações importantes sobre conceitos e usos da área ambiental.

O interesse pela pesquisa em história ambiental pode ser acompanhado também pela exploração do conceito de fronteira pelos historiadores. Um marco importante para os historiadores ambientais norte-americanos são os estudos da chamada "conquista do oeste" ou da "fronteira" dos EUA [9]. Desde o final do século XIX, com os estudos de Turner[10], a fronteira e o ambiente interagem nos trabalhos de pesquisadores, sendo entendidos como uma zona dinâmica em que ocorrem transformações socioambientais, econômicas e culturais nas sociedades humanas.

A palavra fronteira suscita uma ampla gama de significados e valores, tendo sido apropriada por diversos campos do conhecimento, tanto para se referir à conte

[7] Drummond, 1991, p.185

[8] Os historiadores ambientais usam também memórias, diários, inventários de bens, escrituras de compra e venda de terras, testamentos. Usam descrições de dietas, roupas, moradias, materiais de construção, mobiliário, ferramentas e técnicas produtivas, estudos sobre epidemias e doenças, projetos e memoriais descritivos de obras (estradas, ferrovias, pontes), listas de bens comercializados, romances, desenhos, pinturas - tudo enfim que permita ver (a) quais recursos naturais são locais e quais são importados, (b) como eles são valorizados no cotidiano das sociedades e (c) que tecnologias existem para o seu aproveitamento. Ver: DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 04, n. 08, p. 177-197, 1991. p. 183.

[9] Drummond, 1991, p.185

[10] Ver TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo. *O Oeste Americano - Quatro Ensaios De Frederick Jackson Turner*. Niterói-RJ: Editora da UFF, 2004.

nção e a limites como para designar pontos de encontro e intercâmbio. Nesse amplo leque de definições, fala-se em fronteiras físicas, fronteiras nacionais, fronteiras do conhecimento, fronteiras sociais, fronteiras entre grupos étnicos, fronteiras culturais. Isso porque as fronteiras significam não somente o fim da esfera de jurisdição de um Estado nacional e do início de outro, ou seja, aquelas representadas visualmente nos mapas indicando 'ponto de corte' ou de '(des)encontro' entre uma e outra nação e país e que possuem relativa estabilidade.

Segundo Adelar Heinsfeld, na luta pelo controle e domínio do espaço surgiu a noção de fronteira. A partir da configuração do Estado moderno, a segurança nacional vinculou-se à questão da proteção das fronteiras, estando atrelada a garantia da soberania nacional e da integridade territorial dos Estados nacionais. Neste contexto, grupos restritos de intelectuais e tecnocratas tomavam as decisões baseadas em uma ideia de progresso enquanto "afirmação de modernidade" [11] colocando os países "atrasados" como sinônimos de obscurantismo.

Nesta perspectiva em que geografia e Estado se aproximavam surgiu a geopolítica. A demarcação dos espaços, estabelecendo contenção e limites, foi importante para que os territórios nacionais ficassem protegidos. Os países que organizassem um aparato militar em conjunto com especialistas de geopolítica frequentemente saíam vencedores nas disputas nas zonas de fronteira. Os desafios impostos pela fronteira impunham uma precisão de conhecimento sobre topografia. No final do século XIX e início do XX, a história nacional centrou-se unicamente nas noções de território e fronteira, deixando em segundo plano outras formas de espacialização da vida social [12].

Mesmo que os Estados nacionais frequentemente buscassem a imposição de limites nos espaços territoriais, os habitantes da fronteira comportavam-se de forma muito mais complexa do que a fixação de limites demarcados pelos governos. O limite é um fator de separação, mas não está ligado à presença humana, não sendo mais que uma abstração generalizada na lei nacional, estando sujeita às leis internacionais e, frequentemente, distante das aspirações e interesses dos habitantes da fronteira [13]. Em contraste com os limites, a fronteira possui um caráter muito mais amplo e

[11] Le Goff, 2003, p. 211
[12] Silva, 2020, p.7
[13] Heinsfeld, 2016, p.31

complexo, estabelecendo uma rede de relações baseadas na alteridade entre os sujeitos que habitam essas zonas. As fronteiras também são movimento e produto de interações sociais, desenhando variados contornos nas práticas cotidianas. Assim, pode-se afirmar que as fronteiras não são preexistentes à experiência humana, mas derivadas dela.

2. A Costa Catarinense na Guerra Civil Farroupilha

A Guerra Civil Farroupilha ocorreu entre os anos de 1835 a 1845, liderada pela elite sul-riograndense, descontente com a perda da Província Cisplatina (atual Uruguai), a desvantagem na concorrência com o charque uruguaio e busca por maior autonomia da Província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul).[14] O território catarinense foi ocupado pelos rebeldes entre os anos de 1838 a 1839, anos em que ocorreram as conquistas de Lages e Laguna respectivamente.

O litoral da Província de Santa Catarina, naquele contexto, era extremamente importante para os farroupilhas. A conquista de portos fluviais se tornou prioridade quando eles foram expulsos de Porto Alegre pelas forças imperiais em 1836. O domínio naval imperial no Canal do Rio Grande e São José do Norte controlava as duas margens do único acesso marítimo. O italiano Giusepe Garibaldi e o irlandês/norte-americano John Griggs deram apoio naval ao empreendimento, transportando dois lanchões (Seival e Farroupilha) desde a lagoa dos Patos, por águas internas, carregados em carretões por terra, lançados ao mar em Tramandaí, vindo a ocorrer o naufrágio do Farroupilha na costa catarinense, e o ingresso do Seival na barra do Camacho, singrando até Laguna. O isolamento farroupilha foi dissolvido quando ocorreu a conquista de Lages em março de 1838 e de Laguna em julho de 1839. Dessa forma, foi possível garantir um porto de acesso ao oceano Atlântico.

[14] A perda da Banda Oriental para os rio-grandenses representou significativas perdas econômicas. No território oriental, eles puderam ampliar suas estâncias quando durante os anos de 1823 a 1828 o território fez parte do Império. Mas, com a derrota, as conquistas dos rio-grandenses foram praticamente anuladas. Ocorreu despovoamento dos campos de gado e de peões, além de um recuo da fronteira, com limites incertos e sujeição aos ataques promovidos pelos orientais. Ver: MIRANDA, Márcia Eckert. A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831) - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009. p. 186.

Pode-se inferir que as condições geográficas e ecológicas foram agentes ativos que influenciaram as estratégias militares da Farroupilha. O ambiente aquático impôs um bloqueio com o domínio naval imperial fazendo com que as embarcações tivessem que ser transportadas por terra em um grande esforço de adaptação pelas barreiras geográficas imposta pela costa oceânica. O episódio engenhoso dos lanchões é um exemplo prático de como a geografia molda a logística da guerra.

Os habitantes da Província de Santa Catarina parecem ter visto com simpatia as causas da Guerra Civil Farroupilha. Em 29 de julho de 1839, a Câmara Municipal de Laguna, presidida por Vicente Francisco de Oliveira, proclamou a nova República com o nome de Estado Catharinense Livre e Independente, a conhecida República Juliana. Por outro lado, os legalistas emitiam ordens de recrutamento militar com o objetivo de reforçar o combate aos rebeldes. Tais medidas causavam grande descontentamento na população catarinense, "o recrutamento forçado, que representava uma verdadeira caçada às pessoas aptas a prestarem serviço militar e completarem as fileiras do exército"[15]. O próprio presidente da Província José Joaquim Machado de Oliveira não combateu os farroupilhas, "pois não lhe era estranha a adesão dos catarinenses aos ideais farroupilhas" [16].

3. O Expansionismo Farroupilha

Após a tomada de Lages e Laguna, os farroupilhas continuaram avançando para o norte com o propósito de conquistar Desterro (capital da província catarinense), enquanto a flotilha de corsários comandada por Garibaldi atuava no mar. Caso a via aquática fosse dominada permitiria o controle de recursos e a expansão do domínio terrestre. Os objetivos, portanto, não se limitavam apenas à conquista de portos, visto que empregaram grande esforço militar no território catarinense.

Pode-se supor que existia a intenção de associar-se a outros Estados como uma federação. Os farroupilhas entendiam a federação como a união de Estados associados com um poder central, onde tais "Estados conservavam sua independência respectiva, respeitando, porém, certas medidas de interesse comum, como, por exemplo, a p

[15] Costa, 2006, p. 82
[16] Piazza, 1993, p. 291

olítica diplomática" [17]. Para a concretização desta ambição política era preciso controlar o espaço físico e seus recursos para almejar a sonhada federação farroupilha.

O deslocamento de contingente militar de Santa Catarina para o território sul-rio-grandense foi utilizado como reforço para as tropas farroupilhas. No ofício[18] emitido de Marciano Pereira Ribeiro a Antônio Bernardes dos Santos, aquele informa a chegada de 40 ou 50 homens de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul. Tudo indica que seria um incremento para as tropas do Tenente Antônio Coelho, o qual se encontrava em Santo Antônio da Patrulha. Na correspondência, transparecia a preocupação de Ribeiro em garantir segurança às carretas para que não fossem surpreendidas e assaltadas. A tomada do território catarinense também pode ser analisada com o objetivo de incorporação de pessoas aptas a incorporar as fileiras militares.

A conquista do ponto estratégico da capital da Província consolidaria o domínio sob o território catarinense caso chegasse a ser concluído. Em ofício[19] de José Carlos Pardal[20], presidente da Província ao Ministério da Guerra, é possível vislumbrar cerca de 1.000 homens acampados junto ao rio Massiambú e Morro dos Cavalos. Os imperiais reagiram à campanha farroupilha convocando às armas todos os guardas nacionais, reservas e empregados públicos da capital da Província, como demonstra a ordem expedida em 29 de julho de 1839.[21]

No início de 1840, o governo provincial legalista continha o avanço rebelde. Em janeiro daquele ano foram presos cinco tripulantes de uma embarcação farroupilha no porto de São Francisco.[22] Ademais, o reforço da flotilha da Província de Santa

[17] Flores, 2002, p. 326

[18] Biblioteca Nacional Arquivo Digital República riograndense; Farrapos: rebellião do Rio Grande do Sul; 1835-1845, Processo Vol. 1. p. 38.

[19] APESC. Registro do Presidente da Província para Ministério da Guerra. Vol. 1839 ± p.21v-/22. Ofício de 7 de agosto de 1839.

[20] João Carlos Pardal assumiu a presidência da Província de Santa Catarina e implantou uma política incisiva de combate aos farroupilhas. Solicitou ao governo regencial o envio de uma força naval para defender o litoral catarinense, o que até então não havia sido solicitado pelas autoridades anteriores, já que Laguna era resguardada apenas por quatro pequenas embarcações artilhadas, cedidas pelos seus proprietários lagunenses.

[21] Ordem do dia de João Carlos Pardal, em 29 de julho de 1839. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1883. Vol. 462, p. 206-207.

[22] Registro de Francisco José de Souza Soares de Andrea, Presidente da Província, para Câmara Municipal de Desterro, restituindo o documento que acompanhou o ofício dirigido a esta Presidência em 24 do corrente mês, declarando que não obstante tudo quanto no mesmo ofício

Catarina concedida pelo governo imperial contribuiu na perseguição aos inimigos e t ambém serviu de prisão.[23] Pardal também financiou fretes a iates e lanchas de parti culares para transportar artigos bélicos, fardamentos e mercadorias para Laguna.

Comunicações do presidente da Província de Santa Catarina ao Ministério da M arinha entre 1839 e 1840 relatam uma operações militares bem-sucedidas contra os r ebeldes na região do Rio Massiambú e da Ponta da Pinheira. Forças terrestres e nav ais atuaram de forma coordenada em ações que resultaram na destruição de acampamen tos inimigos, apreensão e eliminação de diversas embarcações e baixas entre os reb eldes, com poucas perdas do lado imperial.

Dessa forma, foi contido o avanço farroupilha no território catarinense. O c ontrole da paisagem foi o elemento fundamental que determinou a vitória imperial f rente aos rebeldes.

4. O Fracasso Farroupilha em Santa Catarina

A administração de parte da Província catarinense que havia ficado em mãos f arroupilhas teve diversos problemas econômicos e políticos, além de militares. O i taliano Luís Rossetti, na função de secretário de governo, chegou a enviar ofício[24] para Domingos José de Almeida, ministro farroupilha no Rio Grande do Sul, solicita ndo empréstimos. Inclusive chegou a temer o fracasso da recém instalada unidade ad ministrativa. E não demorou muitos meses para que o governo imperial conseguisse f echar o cerco contra o inimigo, exercendo grande pressão naval. A sonhada saída pa ra o mar, tão almejada pelos farroupilhas, nunca se concretizou de fato. O capitão -de-mar-e-guerra Frederico Mariath assumiu o comando das forças navais do Império, distribuindo as embarcações ao longo do litoral, do Desterro para o sul. Devido a e sses fatores, a simpatia inicial da população catarinense frente aos rebeldes foi s e desvanecendo. Muitos catarinenses trocaram de lado, passando para as tropas impe riais.

---

a Câmara alega de dever ou não suprir com os sustendo dos presos pertencentes ao Pelotboat, que se encontram na Cadeia desta Cidade, ordenando que mande continua o sustento. Desterro, 27 de janeiro de 1840. p. 12v-13.

[23] O Presidente da Província João Carlos Pardal havia solicitado duas embarcações para Lagu na, o que primeiramente foi enviada uma escuna de guerra, que também serviu de prisão.

[24] CV-8041 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida em 10 de outubro de 1839.

A Freguesia de Imaruí, localidade catarinense, revoltou-se contra os farroupilhas ocorrendo sangrento combate no início de novembro de 1839. Apesar de David Canabarro ter dado pouca importância ao fato noticiando[25] a Antônio de Souza Netto de que o inimigo foi dispersado e ocorreram somente três mortes no povoado, Garibaldi relata uma versão diferente do ocorrido. No livro *Memórias de Garibaldi*, escrito por Alexandre Dumas, o italiano lamentava a terrível ordem recebida e descrevia que a situação havia saído do controle, ocorrendo pilhagens, violência e destruição: "Que Deus, do alto de Sua compaixão, possa perdoar-me! Jamais um outro dia desta vida gravou em minha alma uma tão amarga recordação...".[26]

Em 15 de novembro de 1839, Laguna foi reconquistada pelos legalistas. Lages[27] também foi perdida e depois retomada novamente em 02 de dezembro de 1839 pelas tropas comandadas pelos farroupilhas Teixeira Nunes e Garibaldi. Mas, em 12 de janeiro de 1840, os rebeldes sofreram novo revés nas margens do rio Marombas, sendo muitos aprisionados, inclusive Ana da Jesus Ribeiro (Anita Garibaldi). O território lageano era muito próximo às áreas dominadas pelos rebeldes e sofreu constantes embates entre as forças rivais. A região sofreu com bloqueio comercial[28] imposto pelo Império e recrutamento forçado de ambos os lados.

Naquele momento, após a perda dos territórios catarinenses para as forças imperiais, os farroupilhas também enfrentavam dificuldades no Rio Grande do Sul. As localidades conquistadas eram cercadas pelos legalistas e a República Rio-Grandense sofria dificuldades no recrutamento militar e pagamento de impostos.[29]

Frente a estes acontecimentos, a superioridade imperial no domínio geográfico das águas (mar e rios) aliada às dificuldades econômicas e políticas internas dos farroupilhas, levou ao rápido desvanecimento da simpatia popular e ao inevitável

[25] O Povo. Suplemento ao në 121. p. 01. Caçapava, 23 de novembro de 1839.

[26] DUMAS, Alexandre. Memórias de Garibaldi. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 102-103.

[27] O território lageano era muito próximo às áreas dominadas pelos rebeldes e sofreu constantes embates entre as forças rivais. A região sofreu com bloqueio comercial imposto pelo Império e recrutamento forçado de ambos os lados.

[28] Lei Provincial de 4 de abril de 1838 Art. 1 Fica proibida a exportação de todos os artigos de comércio, de qualquer ponto da província, para o município de Lages, ou para parte de le, por tempo de um ano, se antes não for o dito município evacuado pelas forças insurgentes da província do Rio Grande do Sul, que ora o ocupam. O Povo. n. 80. p. 3. Caçapava, 3 de julho de 1839.

[29] CV-342 - Ofício de Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães em 9 de novembro de 1839.

colapso da ocupação farroupilha em território catarinense. As águas, além de serem fontes de recursos naturais, funcionaram como barreiras importantes que definiram a tática militar nas batalhas que ocorreram no território catarinense entre imperiais e farroupilhas.

5. Conclusão

A efêmera presença farroupilha na Província de Santa Catarina foi um episódio crucial da Guerra Civil que, ao ser analisado, revela a profunda interconexão entre estratégia militar, condições geográficas e dinâmica social ocorridas no território. O projeto expansionista sul-rio-grandense, motivado pela busca pela garantia de portos e pela necessidade de quebrar o isolamento logístico imposto pelo Império, foi tragicamente minado pela incapacidade de sustentar as conquistas frente a um inimigo com domínio superior sobre o ambiente.

O sucesso inicial dos farroupilhas em Laguna e Lages, embora significativo, não se sustentou, de forma definitiva, devido às ações efetivas e de sucesso do Império do Brasil. O estrangulamento territorial que os farroupilhas passaram com o domínio dos portos na Província de São Pedro levou a um tremendo esforço de adaptação frente às barreiras geográficas impostas pela costa.

As barreiras terrestres também determinaram a vitória legalista, a exemplo da barreira natural do Morro dos Cavalos, utilizada de forma eficaz no combate aos rebeldes. O recrudescimento da guerra levou ao sofrimento constante da população catarinense, a qual também foi recrutada para combater os imperiais, provocando reações antipáticas à causa farroupilha. Pilhagens, violência e destruição contribuíram para a deserção de catarinenses nas hostes rebeldes, passando para o lado dos legalistas. O episódio de Imaruí retrata muito bem os horrores da guerra e levaram os catarinenses a “quebrar” a lealdade inicial que demonstraram inicialmente aos comandantes rebeldes.

Aliada a estas análises, a fragilidade administrativa da República Juliana foi constantemente marcada por problemas econômicos e políticos, o que demonstra a sua insustentabilidade. Só poderia haver sucesso se os farroupilhas mantivessem de forma sustentável o controle efetivo sobre os recursos e o território. O lado imperial conseguiu de forma efetiva dominar o meio ambiente, e por isso, derrotou os re

beldes em Santa Catarina, fazendo-os recuar novamente para a Província de São Pedro, onde pode combatê-los até os anos finais da guerra.

Referências

CANDIDO DA SILVA. Marcelo. Uma história Global antes da globalização. **Circulação e espaços conectados na Idade Média.** Revista de História. v. 179, 2020.

CRUZ AP, GIEHL ELH, LEVIS C et al (2020) **Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil.** PLoS ONE 15:1 - 18. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0235819.

COSTA, Gustavo M. **Entre contrabando e ambigüidades:** outros aspectos da República Juliana Laguna/SC - 1836-1845. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 167p. 2006.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 04, n. 08, p. 177-197, 1991.

DUMAS, Alexandre. **Memórias de Garibaldi.** Porto Alegre: L&PM, 1998

FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense**: realidade e utopia. Porto Alegre: **EDIPUCRS**, 2002, 469P. (Coleção História, 54).

HEINSFELD. Adelar. A fronteira: historicidade e conceitualização. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Orgs.) **História da Fronteira Sul.** Chapecó : Ed. UFFS, 2016.

LE GOFF, Jacques. Passado/Presente. Capítulos "Antigo/Moderno" e "Passado/Presente". *In*: **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MIRANDA, Márcia Eckert. **A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)** - São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

PÁDUA, José Augusto, **As bases teóricas da História Ambiental**, Revista Estudos Avançados 24 (68), 2010.

PIAZZA, Walter Fernando, 1925 - **Santa Catarina: sua história**/Walter Fernando Piazza - Florianópolis: Ed. da UFSC. Lunardelli, 1983.

REIS MS, LADIO A, PERONI N (2014) **Landscapes with Araucaria in South America: evidence for a cultural dimension.** Ecol Soc 19. https://doi.org/10.5751/ES-06163-190243

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo. **O Oeste Americano - Quatro Ensaios De Frederick Jackson Turner.** Niterói-RJ: Editora da UFF, 2004.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

Fontes

APESC. Registro do Presidente da Província para o Ministério da Guerra. Vol. 1839 ± p.21v-/22. Ofício de 7 de agosto de 1839.

Biblioteca Nacional Arquivo Digital República riograndense; Farrapos: rebellião do Rio Grande do Sul; 1835-1845, Processo Vol. 1. p. 38.

Coleção Varela-8041 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida em 10 de o utubro de 1839.

Coleção Varela-342 - Ofício de Domingos José de Almeida a Inácio José de Oliveira Guimarães em 9 de novembro de 1839.

O Povo. Suplemento ao në 121. p. 01. Caçapava, 23 de novembro de 1839.

O Povo. n. 80. p. 3. Caçapava, 3 de julho de 1839.

Ordem do dia de João Carlos Pardal, em 29 de julho de 1839. ARARIPE, Tristão de Al encar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. Revista do Instituto Histórico e Geográf ico Brasileiro. 1883. Vol. 462, p. 206-207.